



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Acta da quarta sessão extraordinária de 2008 da Assembleia Municipal de Aljezur

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

DATA: 31 de Outubro de 2008

INÍCIO: 20:45 horas

ENCERRAMENTO: 23:00 horas

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

Manuel António Custódio Rosendo, Segundo-Secretário

MEMBROS PRESENTES:

Dionísio Manuel Nifro da Silva, Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, José Carlos Pacheco da Silva, Francisco António Baptista Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, Sérgio Manuel da Silva Santos

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS:

Manuel Alberto Santinhos Cristo, por Manuel José Marques do Nascimento

Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, por Maria Catarina dos Reis Oliveira Águas de Matos

Johannes Alexander Schydlo, por Pedro Miguel Ferreira Silva

ENTRARAM NO DECORRER DA SESSÃO OS SEGUINTE MEMBROS:

José António Duarte, Eliezer João Candeias, António Manuel Guerreiro Lopes, Henrique Manuel Ramos Henriques José Manuel dos Santos Marreiros, Fernando Manuel Costa Rosa

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 20:45 horas

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS: – Foi lido o mail do membro Manuel Alberto Santinhos Cristo, de vinte e quatro de Outubro de dois mil e oito, informado que por motivos profissional não pode comparecer na presente sessão, requerendo a sua substituição.-----

Tendo o membro a seguir na lista comunicado a sua indisponibilidade para efectuar a referida substituição, foi empossado o Senhor Manuel José Marques do Nascimento, portador do Bilhete de Identidade número nove milhões seiscentos e treze mil duzentos e treze, emitido em seis de Junho de dois mil e dois, pelo Arquivo de Identificação de Faro. -----

Foi lido mail do membro Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, de vinte e sete Outubro de dois mil e oito, informando que por motivos está ausente do Município, não lhe é possível estar presente na sessão, solicitando a sua substituição .-----

Em sua substituição, foi empossada a Senhora Maria Catarina dos Reis Oliveira Águas de Matos, portadora do Bilhete de Identidade número onze milhões duzentos e cinquenta e quatro mil trezentos e noventa e um, emitido em sete de Julho de dois mil e cinco, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO M

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO DE DOIS MIL E NOVE: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de sete Outubro de dois mil e oito, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos, referindo que a Câmara tinha aprovado fixar os valores das taxas do IMI para o ano de dois mil e nove, conforme consta na certidão lida pela Mesa, sendo que o seu valor é mantido pelo terceiro ano consecutivo, à semelhança do que acontece em praticamente todos os Municípios. -----

Disse ainda que as receitas que revertem do IMI são indispensáveis para o equilíbrio das finanças da Autarquia.-----

O SENHOR JOSÉ ANTÓNIO DUARTE PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----

O Senhor Vítor Vicente disse querer manifestar a sua discordância acerca deste assunto, conforme tem acontecido nos últimos anos, pois considera que o Município de Aljezur tem que transmitir alguns incentivos para que as pessoas, de alguma forma, se sintam atraídas para aqui investirem, ou aqui residirem. ---
Considera que nem sempre a estratégia de aproveitar a possibilidade de ter taxas mais elevadas poderá significar que as receitas sejam superiores. Pensa que é precisamente o contrário, se for seguida uma estratégia inversa de transmitir sinais que possam cativar as pessoas a investir no Concelho, possivelmente as receitas poderão subir. -----

Disse que, se de acordo com a Lei o valor das taxas possa ser fixado entre os zero vírgula quatro e zero vírgula oito e a Câmara fixa as taxas em zero vírgula sete e, o outro valor que poderá ser fixado entre os zero vírgula dois e o zero vírgula cinco, é fixado em zero vírgula quatro, praticamente à beira dos valores máximos previstos, não pode concordar com essa decisão. -----

Referiu que, ao contrário do que foi dito pelo Senhor Vice-Presidente, tem conhecimento que há exemplos de Concelhos que tem seguido estratégias diferentes, de aliviar nas taxas, e que os resultados finais têm significado o aumento das receitas. Como tal, julga que o Município de Aljezur também

deveria seguir essa estratégia de tentar aliviar os seus munícipes, baixando as taxas, dando-lhes incentivos, tanto para os munícipes como para outros que eventualmente se sentissem atraídos pelo nosso Município. Pois só assim será possível encontrar uma linha mais equilibrada de desenvolvimento.-----

Disse também verificar que não existe nenhuma proposta no sentido do Município de Aljezur poder vir a abdicar de alguma percentagem do IRS, pelo que, deduz que a intenção é de não utilizar essa possibilidade que a Lei prevê de se poder jogar com a margem de dedução no IRS, até cinco por cento. Verifica assim que o Município de Aljezur também não quer proporcionar esse incentivo aos seus munícipes e a todos aqueles que aqui se queiram fixar ou investir, ao contrário de outros Municípios.-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS: – Foi lido o mail do membro Johannes Alexander Scydlo, de vinte e sete de Outubro de dois mil e oito, informado que por se encontrar na Alemanha não pode comparecer na presente sessão, requerendo a sua substituição.-----

Em sua substituição, foi empossado o Senhor Pedro Miguel Ferreira Silva, portador do Bilhete de Identidade número nove milhões novecentos e vinte e dois mil setecentos e sessenta e um, emitido em sete de Fevereiro de dois mil e sete, pelo Arquivo de Identificação de Faro.-----

OS SENHORES ELIEZER JOÃO CANDEIAS E ANTÓNIO MANUEL GUERREIRO LOPES PASSARAM A FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que, sobre o IMI, julga que deveria haver uma diferenciação nos impostos. Efectivamente considera que os imóveis abandonados deveriam pagar um imposto superior em relação aos imóveis habitados/conservados. Essa solução poderia contribuir para renovar o parque habitacional no Município de Aljezur e ser um elemento dinamizador. Sugerindo que a Câmara pondere essa solução.-----

Quanto aos valores fixados para as taxas, concorda que poderiam ser ligeiramente reduzidos, designadamente em zero vírgula um por cento. Pois no actual cenário da nossa economia seria um contributo para os munícipes de Aljezur.-----

O SENHOR HENRIQUE MANUEL RAMOS HENRIQUES PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que discorda inteiramente com o Senhor Vítor Vicente, quando este diz que Aljezur não quer transmitir confiança a quem estiver interessado em se instalar no Concelho, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Por um lado, se, se falar de actividade, desenvolvimento e crescimento económico é um assunto, por outro, se, se falar de Imposto Municipal sobre Imóveis é outro assunto completamente diferente.-----

Referiu que não se podiam esquecer que, sendo Aljezur um Concelho classificado de alguma forma como uma área deprimida, as empresas que se fixarem no Município de Aljezur já têm a beneficiação do IRC.-----

Ainda relativamente ao IMI, disse que era importante realçar que a maior parte das casas existentes no Município de Aljezur destinam-se a segundas e terceiras habitações, logo pertencem a pessoas de classe média/alta e a pessoas de classes alta, com bom poder de compra. Portanto, não o choca que essas pessoas paguem os respectivos valores.-----

Esclareceu ainda que, já foi feito um estudo que conclui que, as receitas provenientes do IMI e pagas pelos residentes no Município, é considerado suportável para as diferentes classes e atendendo a cada um dos munícipes. Referiu também que não deveria ser esquecido que o IMI, para quem se quiser fixar-se no Concelho e construir a sua casa pela primeira vez, tem seis anos de isenção.-----

A Senhora Presidente da Assembleia informou que futuramente passarão a ser oito anos de isenção para quem beneficiava de seis, e seis para quem beneficiava de três, com efeitos retroactivos a dois mil e quatro. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara continuou dizendo que não é correcto, nem justo, dizer que o Município de Aljezur não concede incentivos aos seus munícipes, essa é uma afirmação falaciosa. -----

Que não podia aceitar uma questão dessas, porque dá a entender que a Câmara Municipal não se preocupa com os seus munícipes e isso não é a realidade, a Câmara preocupa-se e muito, nomeadamente, com os jovens, e os jovens podem estar perfeitamente descansados porque vão poder construir a sua primeira habitação, e enquanto não compõem a sua economia familiar, vão passar a ter oito anos de isenção do IMI. -----

Referiu ainda que, a Câmara poderia ter sido eleitoralista e, neste momento sem que nenhum dos elementos já saiba se vai candidatar-se para o ano, ter de facto reduzido os valores das taxas, em um ou dois pontos. Mas, provavelmente haveria um ou outro dos membros da Assembleia que estaria neste momento a acusar a Câmara dessa atitude, em virtude de se estarem a aproximar mais umas eleições, no entanto, o Executivo não actua assim. -----

Quanto ao IRS, referiu que este imposto tem uma expressão mínima no Concelho de Aljezur. Se a Câmara fosse abdicar da taxa do IRS, só estava a beneficiar pessoas que ganham salários mais elevados, acima dos mil e quinhentos euros. Disse que o valor da receita do IRS que o Município recebe é perfeitamente residual e que até se sentiria mal se fizesse uma proposta desse género à Câmara, visto só ir beneficiar aqueles que têm a felicidade de ter um salário acima daquele que é a média nacional. Esta medida não beneficia em nada o comum dos munícipes, muito pelo contrário. Por esse motivo, a Câmara entendeu que não deveria estar a usar a redução dos cinco por cento. Disse ainda que, não obstante esta ter sido uma medida governamental, tomada pelo partido pelo qual se candidatou, não quer dizer que concorde com ela. -----

A Senhora Presidente da Mesa informou que, relativamente à questão da opção pelo regime de interioridade do qual Aljezur faz parte, as novas empresas que se venham a fixar a partir de dois mil e nove no Concelho poderão optar por uma redução de taxa do IRC, de quinze por cento. As empresas já existentes, poderão optar por uma redução de taxa der IRC para vinte por cento, a taxa actual é de vinte e cinco por cento. -----

O Senhor Vítor Vicente disse que isso já ele tinha referido que existia como um incentivo, tendo em conta o regime de interioridade, considerando que essa deveria ser uma das estratégias a serem seguidas pelo Município de Aljezur. Além de mais não entende porque é que o Senhor Vice-Presidente da Câmara considera a sua afirmação falaciosa. Parece-lhe sim que o que o Senhor Vice-Presidente da Câmara acabou de fazer foi pura demagogia, ao afirmar que como estávamos em ano de eleições, não queria fazer eleitoralismo, visto ter-se fixado muito na redução, até cinco por cento, da taxa do IRS e dando exemplos daqueles que tem vencimentos mais elevados. Pois como é lógico, aqueles que tem um vencimento mais elevado, tem uma redução maior, e os que tem vencimentos menores teriam uma mais pequena, no entanto, veriam reduzida a sua taxa. Pelo que, considera que a afirmação do Senhor Vice-Presidente da Câmara não tem qualquer fundamento. -----

Reafirmou que na sua opinião, a estratégia de baixar as taxas pode ser um incentivo, tal como pode ser confirmado em outros Concelhos que optaram por essa redução. Disse ainda que, se o Governo reduzir as taxas em um ponto percentual tal como tem vindo a ser anunciado, Aljezur ficará exactamente com as taxas máximas. -----

Referiu ainda que a estratégia de utilizar as taxas elevadas não tem resultado em Aljezur e exemplo disso é que o Concelho continua numa dependência enorme do exterior, pois é dos poucos Concelhos que nas suas receitas, aquilo que recebe das transferências do Estado é superior ao que tem de receitas próprias. Pois a grande maioria dos Municípios já conseguiu inverter isso e ter receitas próprias superiores às que recebe. Pois pagar taxas de zero quatro não é a mesma coisa que pagar taxas de zero sete, como tal não se deve dizer que isso não tem significado algum para as pessoas que investem, ou que aqui querem construir a sua casa. Independentemente de algumas casas serem segundas habitações, não entende porque motivo isso pode incomodar o Senhor Vice-Presidente da Câmara, pois isso significa que essas pessoas vêm passar férias a Aljezur e por conseguinte trazer riqueza ao nosso Concelho, dando movimento ao comércio, à restauração e à hotelaria.-----

Disse ainda que é sua firme convicção, sem qualquer preocupação eleitoralista, que durante todo o mandato tem sido esta filosofia que sempre tem defendido, sem qualquer intenção político/partidária, por ser aquilo que julga ser o melhor para Aljezur e ser o caminho a seguir para que se possa atingir níveis de desenvolvimento que outros Concelhos, com estratégias diferentes destas, já atingiram. -----

A Senhora Presidente da Mesa disse que, relativamente ao sugerido pelo Senhor Amílcar Duarte, em relação à majoração da taxa das casas degradadas, seria importante que o Município conseguisse, desde já, fazer um levantamento de todas as casas que se encontram degradadas, pois para além de darem mau aspecto, também fazem com que não possam vir a ter outra utilidade. O Município de Aljezur tem que fazer alguma pressão no sentido dos seus proprietários tomem alguma atitude, que as vendam, ou as restaurem. Disse não ser uma acção fácil, pois em muitos dos casos não é possível saber quem são os seus proprietários, mas que considera muito importante que esse levantamento venha a ser efectuado. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse concordar com a importância desse trabalho, que a ser feito tem que ser ao nível de todo o Município de Aljezur, para evitar que seja uma acção discricionária. Disse ainda que a Freguesia que traria maiores problemas na execução desse levantamento, seria a Freguesia de Aljezur, mas que era um trabalho que mais tarde, ou mais cedo, teria que ser feito. Disse que majorar tudo aquilo que é ruína é muito importante e que já este ano, vão ser encetadas algumas posses administrativas temporárias, para derrubar essas ruínas que em nada dignificam Aljezur, nomeadamente na parte velha da vila. -----

Quanto à questão do Senhor Vítor Vicente, referiu que obviamente não estava aqui para o tentar convencer da sua posição, nem ele pretende alterar a sua posição, mas que continua a achar que não há nexo de causalidade entre as taxas do IMI, ou com a minoração do IRS e o facto de se querer cativar pessoas a investir e construir no Concelho. Quanto ao facto do Governo manifestar a intenção de reduzir as taxas do IMI, pois aí é verdade que o Município de Aljezur ficará nas taxas mais altas, mas isso é uma situação que será revista a seu tempo.-----

Referiu que não pode é aceitar que dinâmicas empresariais, de crescimento, de desenvolvimento, que ainda lhe passam ao lado, possam ter nexo da causalidade com o desenvolvimento do nosso Município, pois não sabe a que casos é que o Senhor Vítor Vicente se referiu, de sucessos de dependência de outro tipo de receitas. Pois o conhecimento que tem é que há Câmaras maiores que geram grandes receitas, mas que essas receitas são provenientes da construção civil, de loteamentos, aldeamentos, operações turísticas de grande monta. Mas de

qualquer das formas disse que era verdade, que o Município ainda não tinha sido capaz de gerar aquele crescimento económico que é pretendido. Acima de tudo há que ter em conta a medida da nossa ambição, não nos podemos esquecer daquilo que somos, daquilo que poderemos vir a ser e essencialmente aquilo que poderemos vir a fazer pelo Município de Aljezur. -----

O SENHOR JOSÉ MANUEL DOS SANTOS MARREIROS PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----

O Senhor Vítor Vicente disse não ser sua intenção continuar a debater este assunto, mas só queria referir que as receitas a que estava a referir-se eram precisamente as relativas ao IMI. Pois se uma pessoa tiver um lote e pagar a taxa máxima paga menos de imposto, do que outra que tenha dois lotes e que eventualmente pague a taxa mínima ou média.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse não ter lógica uma pessoa comprar dois lotes de terreno, só pelo simples facto de vir a pagar uma taxa inferior.-----

O SENHOR FERNANDO MANUEL COSTA ROSA PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----

O Senhor Vítor Vicente disse que efectivamente tem tudo a ver, pois naturalmente os empresários vão procurar investir nos sítios onde os investimentos lhes possam ser mais rentáveis. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara voltou a frisar que não há nenhuma causalidade entre esse assunto e o valor das taxas do IMI.-----

O Senhor Vítor Vicente referiu que o facto do Senhor Vice-Presidente da Câmara não concordar com ele é perfeitamente natural, visto defender um ponto de vista completamente diferente do seu, mas o que o deixa estupefacto é o facto do Senhor Vice-Presidente da Câmara não entender o significado da sua opinião. Que discorde é uma coisa, agora que não entenda é que é surpreendente.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara retorquiu que, de facto, não entende é que possa haver alguém que não compre dois lotes de terreno e compre só um, porque a taxa do IMI em vez de ser de zero vírgula seis seja de zero virgula sete. - Posta à votação, foi a Imposto Municipal sobre Imóveis – fixação de taxas para o ano de dois mil e nove, aprovado por maioria, com os votos a favor dos membros Maria de Lurdes Bento, Licínia Rodrigues, António Lopes, Henrique Henriques, José Carlos Silva, Manuel Nascimento, Francisco Ferreira, José Marreiros, Sérgio Santos e Eliezer Candeias, contra dos membros Vítor Vicente, Catarina Águas de Matos e Ana Santos, abstiveram-se os membros Manuel Rosendo, Dionísio Silva, Pedro Silva, Fernando Rosa, Amílcar Duarte e José Duarte.-----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou aos restantes membros da Assembleia se havia algum inconveniente em proceder à alteração da ordem dos pontos do Período da Ordem do Dia, dado que o Senhor Presidente da Câmara ainda não tinha chegado e gostaria de estar presente na análise e discussão da Proposta do Traçado da Variante de Aljezur, o que mereceu a concordância dos membros presentes. -----

PONTO NÚMERO DOIS

ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA PARA OS MUNICÍPIOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: – A Senhora Vereadora Fátima Neto prestou alguns esclarecimentos acerca do assunto em discussão, referindo que o mesmo não estava aqui para ser aprovado, mas sim para que a Assembleia Municipal tomasse conhecimento do ponto de situação do mesmo.-----

Referiu que como é do conhecimento de todos, o projecto foi aprovado em Julho e deveria ter entrado em vigor no mês de Agosto, no entanto, das competências a serem transferidas para os Municípios, nem todas são universais, nomeadamente, no artigo segundo, em que três dessas competências ficam penderes de um contrato de execução. Ora, esses contratos de execução seriam

depois negociados, ao nível de cada uma das Direcções Regionais da Educação. Entretanto, desde o início que este processo tem vindo a ser acompanhado pela ANMP, que ao longo das várias reuniões mantidas com o Ministério da Educação, tem vindo a tentar que este processo se aproxime o mais possível das decisões que foram tomadas em Congresso, que ocorreu no ano transacto. Até ao momento, nem todas essas decisões foram contempladas em Decreto-Lei.-----

Referiu que a proposta que foi apresentada para este contrato de execução, para as três competências constantes no artigo segundo, é muito incipiente e não deixa o Município muito à vontade para assumir de imediato esse contrato.-----

À partida a Câmara gostaria de saber como é que é em relação ao pessoal, como também em relação a despesas de funcionamento da escola, despesas de acção social escolar, de que montantes é que estamos a falar, pois são encargos mensais, dos quais a Direcção Regional apenas enviou a lista do pessoal, com os índices de vencimento, mas relativamente a montantes concretos ainda não foi dada uma informação específica. Disse que no dia anterior tinha pedido à Secção de Contabilidade que fizesse um apanhado das despesas, e verificou-se que é um montante bastante elevado, por isso a Câmara precisa de saber exactamente como é que essas verbas vão ser transferidas. Pois, antes de dois mil e dez, estas verbas não vêm através do Fundo Social Municipal.-----

Do mesmo modo, disse também que era estranho que, em relação à Acção Social Escolar, embora os Municípios já tivessem ligação ao pré-escolar e ao primeiro ciclo, parecesse que pelo Decreto agora publicado, os Municípios teriam que começar a cumprir essas responsabilidades já a partir do início do corrente ano lectivo. É estranho que em Julho tenha saído o Decreto-Lei onde isso ficou implementado e, em Agosto, tenha saído um Despacho a dar indicações às escolas de quais eram as novas regras para a Acção Social Escolar do segundo e terceiro ciclos. Aí, surgiu a dúvida de quem é que vai fazer, se são os Municípios ou se são as Escolas.-----

Esclareceu que este assunto veio à Assembleia porque a ANMP também considera que, não sendo transferências universais e havendo lugar ao contrato de execução para algumas das competências, a Assembleia Municipal deve apreciar esse contrato, embora alguns Municípios já assinaram esse contrato independentemente da apreciação das respectivas Assembleias.-----

Referiu ainda que, assim que a Câmara tenha as respostas que foram solicitadas à Direcção Regional de Educação sobre esta matéria e assim que haja da parte do Governo as alterações legislativas, que permitam ter certezas acerca daquilo a que o Governo se tem vindo a comprometer, este assunto virá de novo a esta Assembleia para os membros se pronunciarem acerca do contrato de execução. Informou ainda que esse contrato terá a ver com questões orçamentais, como o alargamento do quadro de pessoal, em que obrigatoriamente terá que haver uma reorganização de serviços, com recepção de património, visto que a escola passará a ser património do Município de Aljezur.-----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou se a Senhora Vereadora Fátima Neto tinham ideia do número de funcionários transferidos para o Município, no âmbito desta transferência de competências?-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto informou que são cerca de vinte e nove funcionários, do Ministério da Educação.-----

Disse ainda que em relação aos transportes também não há nenhuma informação, pois o Decreto-Lei refere que os Municípios vão também ter competências em matéria de transportes do terceiro ciclo, quando elas de facto já estão cometidas desde o momento em que a escolaridade obrigatória passou do sexto para o nono ano de escolaridade. O Município de Aljezur só tem estado a receber cinquenta por cento do valor dessa despesa.-----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou se, com o transporte escolar alargado aos alunos do terceiro ciclo, poderá haver a necessidade de alargar o número de funcionários? -----

A Senhora Vereadora Fátima Neto referiu que não, pois esse transporte já está a ser realizado pela Autarquia há alguns anos. -----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou se já existe o apoio à família, o apoio nas refeições servidas nas cantinas escolares e o apoio no prolongamento do horário das actividades?-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto respondeu que sim. Que as únicas competências que estão sujeitas a um contrato específico é a transferência de pessoal não docente, as actividades de enriquecimento curricular e a gestão do parque escolar. -----

A Senhora Presidente da Assembleia perguntou se existia um prazo concreto para que os Municípios tenham que aceitar esta transferência de competências?

A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que não, que enquanto o Município de Aljezur não aceitar a transferência de competências, as mesmas serão asseguradas a título supletivo pelo Ministério da Educação. -----

O Senhor Vítor Vicente referiu que, se as actividades de enriquecimento curricular já estão a ser desenvolvidas, as novas competências serão apenas as que dizem respeito à gestão do parque escolar e à transferência de pessoal não docente. -----

A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que esta questão é muito estranha, visto que o contrato refere-se a actividades que os Municípios já estão a levar a cabo, através de protocolos vários. -----

A Senhora Presidente da Assembleia disse que já tinha lido na comunicação social que, dos noventa Municípios que já aceitaram a transferência de competências, alguns estão neste momento com sérias dúvidas acerca do assunto. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que os Municípios que assinaram foram aqueles cujas transferências de verba, no âmbito das actividades extra-curriculares, são mais significativas e, possivelmente, foi feita alguma pressão nesse sentido. -----

O Senhor Dionísio Silva referiu que se congratulava por, neste caso, o Governo estar a negociar com pessoas sérias, que no fundo não querem apenas assinar de cruz e certificar-se se há sustentação para que as coisas possam correr da melhor maneira. Pois embora possa não parecer, são imensas as responsabilidades que advém deste processo. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que eram muitas responsabilidades e muito dinheiro envolvido. -----

A Senhora Vereadora Fátima Neto referiu que, para o Município de Aljezur, assumir de repente o compromisso dos vencimentos, dos descontos para a Segurança Social, para a Caixa Geral de Aposentações de tantos funcionários, vai significar um aumento muito grande nas despesas do Município no final de cada mês. -----

O Senhor Dionísio Silva referiu que, ao fim e ao cabo, esta necessidade da transferência de competências surge não de uma necessidade das Autarquias mas sim do Governo. Portanto há que ver do que é que o Governo se quer livrar, terá que haver uma grande ponderação acerca do assunto. -----

A Senhora Presidente da Assembleia disse ter estado presente no Congresso da ANMP que decorreu no ano transacto, onde foi analisado este assunto, e que as propostas apresentadas e discutidas no referido Congresso eram no sentido de que as coisas passem a ser tratadas localmente, que houvesse uma maior

participação dos órgãos locais na gestão destas tarefas inerentes aos seus municípios. Foram propostas que foram analisadas, e que dos mais de trezentos Municípios presentes apenas sete ou oito não concordaram com as propostas apresentadas.-----

O Senhor Manuel Nascimento disse que, se no conjunto de todos os Municípios, que serão mais de trezentos, apenas noventa tinham assinado até ao momento, isso quererá dizer alguma coisa. Pelo que, referiu que concorda plenamente que não seja assinado um documento, enquanto não se souber quais as implicações que traz. -----

A Senhora Vereadora Fátima Neto esclareceu que o que a ANMP sugeriu aos seus associados é que, olhem para estes contratos de execução que foram apresentados e vão pilotando um a um, com as respectivas Direcções Regionais, para ver o que é que conseguem negociar. E, isto é o que o Município de Aljezur está a fazer, visto que neste momento continua à espera das respostas colocadas à Direcção Regional de Educação.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PROPOSTA DO TRAÇADO DA VARIANTE DE ALJEZUR: – A Senhora Presidente da Mesa perguntou ao Senhor Presidente da Câmara o que é que ele tinha a dizer sobre este assunto de extrema importância para o Município de Aljezur e tão desejado pelos aljezurense?-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por fazer um historial acerca do mesmo, referindo que o IC quatro é um assunto que começou a ser falado anteriormente à própria Variante. Sensivelmente em mil novecentos e noventa e seis/noventa e sete, quando era Ministro das Obras Públicas o Senhor João Cravinho. Foi apresentada uma proposta para a variante de Aljezur, que começava na Aldeia Velha e terminava no Barranco da Vaca. Na altura decorreu uma reunião com o Senhor Ministro em Lisboa, na qual lhe transmitiu que uma variante com cerca de treze quilómetros não servia os interesses de Aljezur. Porque na prática e tendo em atenção o movimento automóvel para o Vale da Telha, designadamente de viaturas de transporte pesado, eles continuariam a passar dentro da Vila de Aljezur. Nessa altura, perguntou como é que era o IC quatro e quais eram as intenções políticas do Governo sobre essa obra, ao que o Senhor Ministro respondeu que, com toda a franqueza, não sabia.-----

Então sugeriu-lhe que a variante fosse reduzida para cerca de cinco quilómetros, entre a Aldeia Velha e o Vale Gatinhos, ao que o Senhor Ministro respondeu que nunca ninguém lhe tinha pedido que fosse gasto menos dinheiro. Tendo o Senhor Presidente da Câmara referido que não queria que o Senhor Ministro poupasse nada, pois queria que fosse feita a variante com cerca de cinco quilómetros e que o restante dinheiro fosse gasto no arranjo da E.N. cento e vinte, na direcção Norte.-----

Entretanto foi desenvolvido um processo, que levou à elaboração de um projecto de amplitude pública, que acabou por terminar num processo dum estudo de impacto ambiental numa variante que começava junto ao cruzamento para a Zona Industrial e terminava junto a Vale Gatinhos, passando junto aos moinhos da Igreja Nova. -----

Na altura, sobre o estudo de impacto ambiental, o Ministério do Ambiente emitiu um parecer em que dizia que essa obra não podia integrar o traçado do IC quatro, ou seja, não podia ter as características de um IC. Só que o tempo passou, cerca de nove/dez anos, o assunto é falado em todo o lado, mas até à data nada houve de concreto. -----

Referiu ainda que no tempo do Governo do Doutor Durão Barroso este assunto também foi falado, pois tem sido falado em todos os Governos. Sendo que na altura foi transmitido que iria ser feito um estudo de viabilidade para o IC

quatro e só depois de saberem se haveria viabilidade para o IC quatro é que poderia ser construída a variante. Entretanto, passou o anterior Governo, veio o actual e, mais uma vez, o Senhor Secretário de Estado disse que iria ser elaborado um estudo e só depois é que seria decidido se iria ser construída a variante, ou não. -----

Disse que em reuniões mais recentes teve a oportunidade de transmitir, inclusive ao Senhor Primeiro-Ministro, a sua preocupação acerca da variante de Aljezur e da sua construção. Mais uma vez, foi o Senhor Primeiro-Ministro que voltou a falar no estudo, ao que o Senhor Presidente da Câmara lhe referiu que já ouvia falar desse estudo há vários anos e até ao momento o concurso para a sua elaboração ainda não tinha sido feito, continuando tudo na mesma. Mais lhe disse que, tendo em conta o estado das finanças do País e até mesmo por questões ambientais, não lhe parecia que viesse a ser permitida a construção do IC quatro. Tendo sugerido que, em vez do IC quatro, seja construída a variante de Aljezur, que servirá melhor o Município de Aljezur para além de ser uma obra mais barata e, que deveria ser aproveitado o resto da verba para proceder a melhoramentos na E.N. cento e vinte, direcção Norte. Referiu que esta sua sugestão mereceu a concordância do Senhor Primeiro-Ministro, que considerou ser uma proposta sensata. -----

Posteriormente teve uma reunião com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, onde este assunto foi abordado, o qual deu instruções ao Instituto de Estradas para avançar com uma proposta para a execução da variante. Dizendo à partida que a proposta anterior não iria ser executada pela Estradas de Portugal, justificando que, de mil novecentos e noventa e sete até à presente data, houve alterações legislativas do ponto de vista ambiental, bem mais restritivas, que a obra implicava muitos aterros e escavações, que custa mais de vinte milhões de euros e, o Instituto de Estradas não tem essa verba para construir essa obra. -----

Foram então apresentadas várias propostas muito diferentes daquela, que em mil novecentos e noventa e sete, foi apresentada. Dessas propostas, uma delas foi distribuída à Assembleia Municipal por ser a mais viável. Disse que esta proposta aponta o início da variante na zona do Pavilhão Desportivo, pois assim o seu custo fica em menos oito/nove milhões de euros e, a situação mais problemática deste traçado é exactamente por ele passar na Canada – Igreja Nova, situação que a Câmara sempre disse que não tinha grande jeito, por vir a quebrar a expansão daquele núcleo urbano, mas daqui por uns anos essa expansão far-se-á na mesma e ficará uma estrada a atravessar a Igreja Nova. Referiu ainda que este é o cenário que está montado e que o Instituto de Estradas admite apenas fazer este traçado. Aliás, admitem fazer este ou o outro, que passa por dentro da várzea de Aljezur, sendo que a Câmara esse já o rejeitou, por considerar um completo absurdo. -----

O Senhor Vítor Vicente referiu que esta solução está efectivamente longe daquilo que o Município de Aljezur necessita, no entanto, pensa que a questão de fundo e mais discutível é o facto do traçado passar na Canada. Pensa que outra alternativa poderia não encarecer tanto quanto isso o projecto, e desde o início que a ideia que sempre foi defendida com alguma unanimidade, é a de a variante passar depois do moinho e não da parte de cá, porque assim a estrada vai passar no meio de uma série de casas habitadas. Mas se o que está em questão é que seja este traçado, ou mais nenhum, então não há nada a fazer, sendo que no entanto, não se perde nada se o assunto for discutido de novo. Disse ser certo que, se a estrada passar cerca de cem metros mais a nascente, o viaduto depois da ribeira também terá que ser maior. -----

Referiu ainda que é uma necessidade absoluta e urgente tirar o trânsito de

dentro da Vila de Aljezur, mas aceitar que ele ainda continue um pouco dentro não lhe agrada absolutamente nada. Pelo que julga que deveria ser feito um esforço, no sentido de tentar convencer, quem de direito, que era importante desviar este traçado cerca de cem metros mais para nascente. Para além disso aquela zona urbana não está preparada, nem estruturada, para ter uma rotunda e ser uma zona de entrada de tráfego.-----

A Senhora Presidente da Mesa referiu que, segundo o traçado aqui apresentado, pode-se constatar que em algumas situações a estrada passa mesmo junto a algumas casas habitadas permanentemente. -----

O Senhor Amílcar Duarte disse crer que, tendo em consideração a distância que existe entre as casas, o declive existente e as barreiras que é necessário fazer dos dois lados, é praticamente impossível fazer passar uma estrada naquela zona sem deitarem casas a baixo, a não ser que façam uma série de curvas. Para além disso há também a questão do acesso às casas existentes na zona, como é que pretendem resolver esse problema. Considera que esta hipótese é também bastante má, embora também concorde que a da várzea também não é aceitável. A Senhora Presidente da Mesa disse que este traçado vem resolver um problema e criar outro, visto retirar o trânsito do centro da vila, mas por outro lado vai estrangular o crescimento urbano. -----

O Senhor Amílcar Duarte referiu que o início do traçado lhe parece correcto, embora seja um pouco duvidoso o facto de tomar logo uma inclinação junto às casas existentes, mas isso é uma situação corrigível. Parece-lhe também que se o traçado passasse por detrás do Monte Alegre seria melhor opção do que passar pela frente, pois terá que fazer uma grande curva para vir na direcção à zona urbana. Disse ainda que como este assunto lhe diz directamente respeito, tem alguma dificuldade em intervir acerca do mesmo, mas também disse que uma outra opção seria pior para ele, no entanto, a outra opção seria discutível, embora considere que é possível torná-la aceitável desde que sujeita a alguns ajustamentos.-----

INTERVALO: – Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto, e aceite pela Assembleia, um intervalo de quinze minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: – Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

PONTO NÚMERO QUATRO

APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO POR MAIS UM ANO DO EMPRÉSTIMO DE EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES: –

Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e oito de Outubro de dois mil e oito, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos acerca deste ponto e seguinte, nomeadamente disse que o prazo para aplicação do capital tinha terminado nos finais de Novembro de dois mil e sete e a Câmara, por razões que tiveram a ver com atrasos nas obras não precisou das referidas verbas. Agora, que foi necessário recorrer a este dinheiro e, uma vez que o prazo já tinha expirado, foi necessário proceder à prorrogação por mais um ano dos empréstimos, mas que isso implica que seja cobrada uma taxa adicional ao Município, no valor de zero vírgula dez. Daí a necessidade destes assuntos terem que ser enviados a esta Assembleia, para aprovação. -----

O Senhor Vítor Vicente frisou que esta obra ainda não estava concluída, perguntando se a Câmara já tinha recebido a obra e se ainda tinha pagamentos a fazer sobre a obra. Quanto à obra da escola de Odeceixe disse que tinha conhecimento que a obra estava concluída, mas ainda não estava aceite, e perguntou se estava tudo pago?-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que sim que ainda haviam pagamentos a fazer, quanto à escola de Odeceixe apenas falta proceder a pequenos pagamentos, embora a obra esteja devidamente vistoriada e a funcionar normalmente.-----

Posta à votação, foi a prorrogação por mais um ano do empréstimo de empreitada de construção do Parque de Feiras e Exposições, aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se o Festival da Batata Doce já iria ser realizado no novo Pavilhão de Feiras? -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara respondeu que não. -----

PONTO NÚMERO CINCO

APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO POR MAIS UM ANO DO EMPRÉSTIMO DE EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DO PRIMEIRO CICLO DE ODECEIXE: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e oito de Outubro de dois mil e oito, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

Posta à votação, foi a prorrogação por mais um ano do empréstimo de empreitada de construção da Escola do Primeiro Ciclo de Odeceixe, aprovada por unanimidade.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta.-----

FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS: – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, foi utilizada a forma de votação por braço no ar.-----

ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas vinte e três horas do dia trinta e um de Outubro de dois mil e oito, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

A Presidente

A Primeiro-Secretário
